

Notícias Sindicais, 16/04/14

Jornal do Brasil, 16/04/14

Governo estima salário mínimo de R\$ 779 para 2015

Com estimativa de crescimento da economia de 3% e inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 5% para 2015, o governo encaminhou nesta terça-feira (15) ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (LDO-2015). Pelo projeto, o salário mínimo será reajustado em 7,71% e vai ficar em R\$ 779,79 em 2015.

O governo estima que o superávit primário para o setor público consolidado será de R\$ 143,3 bilhões, valor que corresponde a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) - soma de todos os bens e serviços produzidos no país. Com o abatimento dos R\$ 28,7 bilhões destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a meta do superávit primário fica em R\$ 114,7 bilhões (ou 2% do PIB).

Superávit primário é a poupança para pagar os juros da dívida que o governo tem com outros países e outros credores. Na medida em que o país consegue alcançar as metas de superávits primários, indica que tem condições de pagar suas dívidas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem como principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, das empresas públicas e das autarquias.

Com a LDO, o governo estabelece as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro do ano seguinte.

A LDO tem de ser enviada pelo Executivo ao Congresso até 15 de abril e aprovada pelo Legislativo até 30 de junho. Se não for aprovada nesse período, o Congresso não pode ter recesso em julho. A aprovação da LDO é a base para elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), que deve ser apreciada pelo Congresso Nacional até agosto.

Como é lei, após sancionada, nenhum governante deve aumentar despesas, gastar mais do que está previsto na Lei Orçamentária ou criar novos impostos para o pagamento de suas contas sem autorização do Legislativo.

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO passou a ter um papel importante na condução da política fiscal do governo, devendo estabelecer e indicar as metas fiscais a serem atingidas a cada exercício financeiro a que se refere.

Portal da CUT

Justiça considera Zara responsável por escravidão e empresa pode entrar na 'lista suja'

15/04/2014

Em sentença, juiz afirma que houve na terceirização "fraude escancarada" e que subordinação é clara

Escrito por: Daniel Santini - Repórter Brasil

A tentativa da Zara de anular na Justiça os autos de infração da fiscalização que resultou na libertação de 15 trabalhadores em condições análogas às de escravos em 2011 fracassou na primeira instância. O juiz Alvaro Emanuel de Oliveira Simões, da 3ª Vara do Trabalho de São Paulo, negou na última sexta-feira, dia 11, recurso da empresa nesse sentido e cassou a liminar que impedia a inserção no cadastro de empregadores flagrados mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Secretaria de Direitos Humanos, a chamada "lista suja" da escravidão.

Em sua decisão, o magistrado afirma que, como defendido pela Advocacia-Geral da União, a empresa tem sim responsabilidade direta pela situação constatada, critica a tentativa da Zara de caracterizar os costureiros resgatados como empregados da empresa intermediária Aha e classifica a maneira como a terceirização dos trabalhadores foi registrada como "fraude escancarada".

"A decisão é bem fundamentada e certamente configurará um divisor de águas na discussão sobre a responsabilidade jurídica por condições de trabalho em cadeias produtivas", afirma Renato Bignami, coordenador do programa de Erradicação do Trabalho Escravo da Superintendência Regional do Trabalho, que ressaltou a importância de o relatório de fiscalização reunir documentos e provas detalhando a situação. "O juiz leva em consideração todos os argumentos apontados pelos auditores na sua decisão", ressalta.

Da Espanha, Raúl Estradera, porta-voz da Zara, afirmou à Repórter Brasil que a empresa vai recorrer da sentença. "É mais um passo em um processo judicial que vai ser longo. Com todo respeito à decisão, entendemos que não foram considerados nossos argumentos e que não tivemos oportunidade de nos defender de forma adequada", afirma, insistindo que a responsabilidade é da empresa intermediária. "Foi essa empresa que realmente cometeu as irregularidades, e obteve o lucro com isso. Eles que deveriam estar sendo punidos. Nós temos tomado ações de responsabilidade social, inclusive colaborando com entidades públicas e do terceiro setor em um

esforço para melhorar as condições de trabalho não só nas nossas cadeias produtivas, mas no Brasil em geral.”

Subordinação camuflada

Apesar dos argumentos e da tentativa de transferir a culpa para a intermediária, para a Justiça do Trabalho não restam dúvidas de que a responsabilidade é da Zara. A sentença aponta que a Aha foi contratada para minimizar custos e burlar a legislação trabalhista. “A fraude da intermediação é escancarada, pois, na verdade, houve prestação em favor da vindicante com pessoalidade, não eventualidade, remuneração e subordinação econômica”, diz a decisão, que ressalta que “a subordinação, embora camuflada sob a aparência de terceirização, era direta aos desígnios da comerciante das confecções”. O texto destaca ainda “que a fiscalização verificou, outros sim, que as oficinas onde foram encontrados trabalhadores em condição análoga à de escravidão labutavam exclusivamente na fabricação de produtos da Zara, atendendo a critérios e especificações apresentados pela empresa, recebendo seu escasso salário de repasse oriundo, também exclusivamente, ou quase exclusivamente, da Zara”.

O argumento de que a Zara não tinha conhecimento da situação a que os trabalhadores estavam submetidos também é refutado na decisão. “A Aha não tinha porte para servir de grande fornecedora, e disto ela [a Zara] estava perfeitamente ciente, pois, realizando auditorias sistemáticas, sabia do extenso *downsizing* realizado, com o número de costureiras da Aha caindo mais de 80%, ao tempo em que a produção destinada à Zara crescia”, diz a sentença. “A Zara Brasil Ltda. é uma das maiores corporações do globo em seu ramo de negócio, custando crer, reiterar-se, que tivesse controles tão frouxos da conduta de seus fornecedores, mostrando-se muito mais palatável a versão defendida pela fiscalização, de que, na realidade, controlava-os ao ponto de deter a posição de empregadora.”

Na sentença, o juiz também critica o fato de a empresa alegar, ao tentar negar a responsabilidade por trabalho escravo, que tem contribuído com o poder público e com ações sociais, chamando a atenção para o fato de o Termo de Ajustamento de Conduta firmado junto com o Ministério Público do Trabalho ter sido assinado meses após o resgate. “A celebração de TAC com o Ministério Público do Trabalho, embora louvável, foi posterior à autuação, não implicando, logicamente, nenhuma influência no resultado da lide, por não convalidar situação pretérita”, diz o texto, destacando que o investimento em ações sociais estava diretamente relacionado à preocupação em recuperação da marca. “Chega a ser insólito, de outra banda, o longo discurso derredor de conduta da entidade capitalista, igualmente posterior à lavratura dos Autos e igualmente desinfluyente para o deslinde desta contenda, no sentido de prática de ações de certa repercussão social, cujo objetivo primordial foi, sem dúvida, a recuperação da imagem da marca, imensamente desgastada pela repercussão dos resultados da fiscalização na mídia.”

“Lista suja”

Na sentença, o juiz reforça ainda a importância do cadastro de empregadores flagrados, a “lista suja”, e reafirma sua legitimidade. Ele escreve: “Diversos dispositivos legais fornecem o alicerce para a edição da Portaria nº 2, de 12 de maio de 2011 [que rege o cadastro], merecendo destaque a própria Constituição da República, que erige em princípios fundamentais o valor social do trabalho e a dignidade da pessoa humana, e consagra, desde seu preâmbulo, o direito à liberdade, e todos esses princípios estariam sendo vilipendiados se acatada a tese da postulante”.

No recurso que foi rejeitado na sexta-feira, a Zara questionava a própria existência da “lista suja”, posicionamento extremo que levou a empresa a ser suspensa do acordo empresarial contra a escravidão, o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Portal da CUT

Portuários da Codesa realizam greve de 48 horas a partir desta terça (15)

15/04/2014

Categoria reivindica o cumprimento do que foi firmado no Acordo Coletivo de Trabalho

Escrito por: CNTT/CUT com informações do Suport-ES

Os cerca 400 portuários da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) vão realizar uma greve de 48 horas, nos dias 15 e 16 de abril, a partir das 7h. No dia 17, as atividades voltam ao normal.

A paralisação abrange cerca de 4 mil trabalhadores, entre portuários avulsos, prestadores de serviço, despachantes, de agências de navegação, de empreiteiras e de empresas terceirizadas que atuam dentro da área do porto.

A decisão foi tomada pela categoria em assembleia realizada na última segunda-feira, dia 7, com o sindicato que representa os trabalhadores, o Sindicato Unificado da Orla Portuária (Suport-ES).

Reivindicações

A categoria exige o cumprimento do que foi firmado no Acordo Coletivo de Trabalho sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos codesianos, que determinava prazo até 1º de janeiro deste ano para ter sido colocado em prática.

"A Codesa, além de não ter cumprido o prazo, sequer apresentou uma proposta de plano aos trabalhadores para que pudesse ser analisada. O Suport-ES esteve várias vezes em Brasília cobrando do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) e da Secretaria de Portos (SEP) uma resposta, mas tudo não passou de promessa", afirmou Ernani Pereira Pinto, presidente do Suport-ES.

Os trabalhadores aguardam o estabelecimento das normas para que haja o realinhamento de funções, definição de cargos, honorários, reconhecimento de cursos de graduação, entre outros quesitos.

Portal da CUT

FUP, CUT e movimentos sociais voltam às ruas em defesa da Petrobrás

15/04/2014

Manifestação responde aos ataques dos setores conservadores do país que tentam desmoralizar a gestão estatal; no próximo dia 23, outra manifestação será realizada em Brasília

Escrito por: FUP

Mesmo sob a chuva forte que caiu sobre o Rio de Janeiro nesta segunda-feira, 14, petroleiros e trabalhadores de diversas categorias, estudantes e militantes sociais, organizações populares e partidos políticos do campo da esquerda se dirigiram à Avenida Chile com bandeiras e faixas em defesa da Petrobrás e durante quatro horas realizaram uma grande manifestação em frente à sede da empresa. Foi o primeiro dos vários atos públicos que a FUP e seus sindicatos estão convocando em resposta aos ataques dos setores conservadores do país, que tentam desmoralizar a gestão estatal da Petrobrás, com fins eleitoreiros e privatistas. No próximo dia 23, outra manifestação será realizada em Brasília.

"Estamos aqui para reafirmar aos setores entreguistas que a Petrobrás é do povo brasileiro e que essa campanha da mídia golpistas não conseguirá acabar com um patrimônio que o nosso povo levou décadas para construir", alertou o coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, que deixou claro que os petroleiros não aceitam desmandos, nem desvios de gestão na Petrobrás. "Exigimos a apuração de todas as denúncias pelos órgãos fiscalizadores e que os culpados sejam punidos, mas não admitimos que a Petrobrás seja desmoralizada em uma CPI para servir de lanque eleitoral dos que sempre defenderam a sua privatização", ressaltou Moraes.

"Não à privatização, o petróleo é nosso e não abrimos mão"

Cerca de 300 pessoas participaram da manifestação, que reuniu militantes da CUT, da CTB, do MAB, do MST, do Levante Popular da Juventude, da UNE, da UBES, da União Brasileira de Mulheres, do Movimento de Luta dos Bairros, além de representantes do PT, do PCdoB e do PCR. Estudantes e trabalhadores entoavam palavras de ordens e refrões contra a privatização da Petrobrás. "Não, não, não à privatização, o petróleo é nosso e não abrimos mão", bradavam os manifestantes, entre uma fala e outra das lideranças que denunciavam as reais intenções da direita e da mídia na campanha cerrada de ataques à Petrobrás.

"Sabemos muito bem o que está em jogo nesse desgaste da Petrobrás e não podemos deixar que seja retomada a agenda neoliberal daqueles que tentaram privatizar a empresa e não conseguiram porque nós resistimos. É questão de soberania defender a Petrobrás. A derrota dessa empresa será a derrota do povo brasileiro e isso não vamos permitir", alertou o presidente da CUT-RJ, Darby Igayara.

Junto com os petroleiros que vieram em caravanas do Norte Fluminense, Duque de Caxias, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, participaram do ato em defesa da Petrobrás representantes dos demais sindicatos da FUP, do Sindipetro-RJ, do Sitramico-RJ, da AEPET, além de representantes dos bancários, químicos e metalúrgicos. "Já vimos essa filme antes, quando entregaram a Vale do Rio Doce, a CSN e as demais estatais que os tucanos venderam na bacia das almas. É nas ruas, resistindo, que continuaremos nossa luta. Aqui é o nosso espaço e vamos pra cima deles. Não deixaremos que entreguem o Brasil", destacou Jadir Batista de Araújo, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT.

O deputado federal Édson Santos (PT/RJ), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval, lembrou o sucateamento da indústria naval no país durante os governos neoliberais. "Tínhamos apenas três mil trabalhadores no setor, em 2002. Hoje, temos 78 mil trabalhadores. Recuperamos a indústria naval justamente para servir de suporte à indústria de petróleo e a Petrobrás tem sido fundamental nesse projeto", reiterou.

Avalanche midiática contra a Petrobrás

As lideranças sindicais e dos movimentos sociais alertaram para o papel da mídia na campanha de desmoralização da Petrobrás. "Por trás dessa avalanche midiática contra a Petrobrás estão os mesmos setores que não aceitam a empresa como operadora única do pré-sal e defendem os interesses privados na exploração do nosso petróleo", ressaltou Reinaldo Leite, presidente da CTB-RJ.

"Nós da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia defendemos o controle estatal e social de todos os recursos energéticos e continuaremos na luta em defesa da Petrobrás, pois não podemos jamais permitir que façam com a empresa o que já fizeram com a CEMIG e tantas outras estatais do setor elétrico que foram privatizadas. É a destinação do petróleo brasileiro que está em jogo nessa campanha contra a Petrobrás. E a mídia, como sempre, faz o jogo das elites", reiterou Leonardo Maggi, da Coordenação Nacional do MAB.

"Eu só quero é ser feliz, Petrobrás estatizada pra mudança do país"

Os estudantes e a juventude organizada também deram o seu recado no ato em defesa da Petrobrás: "Eu só quero é ser feliz, Petrobrás estatizada pra mudança do país, e poder me orgulhar que a esquerda está na rua e a tucanada vai vazar", cantarolavam, parodiando o Rap da Felicidade.

Além da UNE e da UBES, representantes de diretórios acadêmicos da UERJ e da UFRJ também participaram da manifestação, que contou ainda com a presença de militantes da Associação dos Estudantes do Rio de Janeiro.

"A juventude está nessa luta porque defender a Petrobrás é defender a construção de um projeto popular e democrático para o Brasil, no qual ainda temos muito o que avançar. E só não avançamos ainda nas reformas estruturais que o nosso país precisa porque as elites não deixam e são as mesmas que defendem a privatização da Petrobrás", destacou Priscila Melo, do Levante Popular da Juventude.

As mulheres também marcaram presença na manifestação em defesa da Petrobrás. "Há mais de 60 anos, as mulheres brasileiras já estavam na luta do petróleo e pela construção da Petrobrás. E estamos aqui novamente para dizer que a Petrobrás é nossa e que não permitiremos que esse jogo eleitoral em torno da empresa atrase o desenvolvimento do Brasil", declarou Célia de Almeida, da União Brasileira de Mulheres.

Força Sindical tentou pautar a imprensa com ato em defesa da CPI

Um grupo de dirigentes e militantes da Força Sindical, que pretendia nesta segunda-feira, 14, lavar a entrada da Petrobrás, atraindo os holofotes da mídia para um discurso eleitoral, anti-corrupção e pró-CPI, acabou mudando o tom da manifestação. O ato convocado pela Central - cujo principal expoente, o deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, já declarou apoio político ao candidato tucano Aécio Neves - caiu nas graças da mídia, que vem alimentando a campanha contra a Petrobrás. Mas ao depararem com a manifestação em defesa da Petrobrás, organizada pela FUP, CUT, CTB e movimentos sociais, os cinegrafistas e jornalistas desistiram da cobertura. Os militantes da Força Sindical tiveram, então, que mudar o discurso e, ao final do ato da FUP, fizeram uma manifestação também em defesa da Petrobrás.

Agência Brasil, 16/04/14

Funcionários da Fundação Casa decidem manter greve

Elaine Patricia Cruz - Repórter da Agência Brasil Edição: Nádia Franco

Terminou sem acordo a audiência de conciliação entre trabalhadores e representantes da Fundação Casa, em São Paulo. A reunião foi hoje (15), na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2). Segundo o TRT-2, o caso será julgado no próximo dia 23, às 13h30, na sede do tribunal. O TRT-2 decidirá se a paralisação é legal e apreciará os pedidos de reajuste e de benefícios feitos pelos trabalhadores.

Na manhã desta terça-feira, os funcionários da Fundação Casa decidiram, em assembleia, manter a greve geral por tempo indeterminado, rejeitando proposta feita ontem (14) pelo desembargador Francisco Ferreira Jorge Neto, na primeira audiência de conciliação, para que os trabalhadores voltassem ao estado de greve.

Os trabalhadores, em greve desde quinta-feira (10), reivindicam piso salarial, reajuste real de 53,63%, reposição de perdas, isonomia do plano de cargos e salários e, principalmente, aumento da segurança nos locais de trabalho.

Monitor Mercantil, 15/04/14

Itaú é processado por metas abusivas e quadro insuficiente de bancários

O Itaú Unibanco foi condenado a pagar R\$ 5 milhões por dano moral coletivo, devido à sobrecarga de trabalho imposta aos bancários no Rio Grande do Norte. A sentença foi dada pelo juiz do Trabalho Carlos Eduardo Marcon, da 5ª Vara do Trabalho de Natal, e é resultado de ação civil

pública do Ministério Público do Trabalho no estado (MPT-RN). O banco é investigado pelo MPT desde 2012 e foi processado após se recusar a assinar termo de ajuste de conduta.

A Justiça já havia concedido liminar obrigando o banco a parar com a conduta, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil, decisão mantida na condenação. O banco também foi obrigado a contratar, em seis meses, bancários em quantidade suficiente para pôr fim ao ambiente hostil à saúde física e mental dos bancários, atualmente existente nas agências do estado.

As investigações na empresa revelaram metas abusivas, quadro insuficiente de funcionários, jornadas excessivas, adoecimento de trabalhadores e discriminação dos empregados afastados para tratamento de saúde. As irregularidades foram comprovadas pelos depoimentos de empregados atuais e ex-funcionários, colhidos durante investigação do MPT-RN.

Segundo apurado, as metas aumentavam subitamente de um mês para outro, um incremento de 100%. Eram exigidas, ainda, metas coletivas, que dependiam de todos os empregados de uma agência. O descumprimento implicava na redução da remuneração e até na demissão do bancário.

De acordo com o procurador do Trabalho Fábio Romero Aragão Cordeiro, que assina a ação, ao reduzir o quadro de empregados, o banco não levou em conta a qualidade de vida dos bancários que permaneceram nos postos de trabalho, obrigados a exercerem jornadas extenuantes em busca de metas inatingíveis, sem sequer receberem pelas horas extras. "O objetivo do lucro não pode atropelar a proteção à saúde física e mental do trabalhador".

Nos depoimentos, os trabalhadores relataram problemas de transtornos psicológicos em razão das cobranças excessivas e aqueles que gozavam de licença médica, muitas vezes em virtude do adoecimento provocado pela sobrecarga de trabalho, ainda sofriam discriminação. "Os bancários eram vítimas de verdadeiro assédio moral coletivo, com repercussão inclusive no convívio familiar", afirmou o procurador do Trabalho Fábio Romero.

Segundo dados da Previdência Social, os bancários integram o grupo de profissões mais atingidas pelo adoecimento mental e físico causados pelo ambiente de trabalho. Pesquisa realizada pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, no início de 2011 revela dados alarmantes que, apesar de não terem sido obtidos no âmbito do Rio Grande do Norte, merecem atenção, diante da semelhança que se observa no contexto dos bancários em todo o país.

De acordo com o estudo, apesar de a maioria dos bancários ser jovem (65% têm até 35 anos), 84% relataram já ter sentido algum problema de saúde acima do normal, sendo o estresse o mais apontado. Na mesma pesquisa, 42% dos consultados dizem que já foram vítimas de assédio moral, envolvendo, sobretudo cobrança excessiva de metas. Desse universo, metade aponta que não há reconhecimento dos esforços para se bater as metas. A cobrança de metas é apontada por 65% dos trabalhadores como principal agente causador do estresse. Estudo realizado na Universidade de Brasília afirma que no período de 1993 a 2005, um bancário cometeu suicídio a cada 20 dias no Brasil.

S&P reduz nota de nove bancos brasileiros

A agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) reduziu a nota de crédito de mais nove bancos brasileiros, segundo anúncio na noite dessa segunda-feira.

Os bancos que tiveram notas rebaixadas foram: ABC Brasil, Mercantil do Brasil, Indusval & Parners, Intermedium, Paraná Banco, Banco Fibra, Banco de Brasília (BRB), Banco Pan e BTG Pactual.

Além disso, a agência retirou oito bancos da lista de observação com implicações negativas e reafirmou a nota de outras cinco instituições.

No último dia 26, a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) reduziu a nota de crédito em escala global de 13 instituições financeiras brasileiras, em razão do rebaixamento da nota soberana do país, anunciada no dia 24 de março. Na ocasião, a agência anunciou a redução da nota soberana de BBB para BBB-, com perspectiva neutra, o que indica que a classificação não será rebaixada nos próximos meses.

Com informações da Agência Brasil e do Ministério Público do Trabalho

Portal Mundo Sindical

Entidades sindicais saem em defesa do Sindsemp-TO

Reunidas na tarde desta segunda-feira, 13, na sede do Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins (SISEPE-TO), 16 entidades sindicais e associações de classe saíram em defesa do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins (SINDSEMP-TO) que teve sua legalidade questionada pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público Estadual (MPE).

Em nota oficial conjunta as entidades defendem o direito dos servidores em se associar ao seu sindicato ou associação de classe sem a intervenção do Estado, no caso, o Ministério Público Estadual e rechaçam a postura da procuradora Geral de Justiça, Vera Nilva Alvares Rocha Lira, de

determinar a suspensão do desconto em folha das mensalidades autorizadas pelos filiados ao Sindsemp.

As entidades classificam a decisão como intervenção arbitrária que causa sérios prejuízos à representação dos servidores do Ministério Público Estadual. Ressaltam ainda que a criação de entidades sindicais e associações de classe é regida por lei específica e que não está ao alcance do Estado ou de qualquer outro empregador, decretar sua ilegalidade ou irregularidade.

As entidades exigem que a portaria baixada pelo procurador Geral de Justiça, proibindo o desconto das mensalidades dos filiados, seja revogada e que os direitos dos filiados ao sindicato sejam restabelecidos imediatamente.

Assinam a nota oficial conjunta o Sisepe, Sintras, Asspmeto, Sindifto, Simed, Afopmeto, Sindare, Sinpef, Sigideto, Sisdep, Sinsjusto, Nova Central Dos Trabalhadores do Tocantins (Nsct), CTB, UST e Asmir.

Fonte: Conexão Tocantis - 15/04/2014

Portal do MST

Sem Terra debatem organização e produção em nova área conquistada

15 de abril de 2014

Por Luiz Felipe Albuquerque - Da Página do MST

Uma semana após a conquista da Fazenda Bela Vista, no município de Lagoinha, na região do Vale do Paraíba (SP), as 55 famílias Sem Terra do pré-assentamento Egídio Brunetto realizaram um processo de formação para debater o futuro do assentamento, neste final de semana.

No centro do debate, temas como o modelo de produção a ser adotado, a organização do assentamento e as políticas públicas que os assentados podem ter acesso permearam o processo de discussão.

Para Gilvan Santos, do setor de produção do MST e futuro assentado da área, o debate em torno da produção e a organização do assentamento é a premissa de todos os debates quando se conquista a terra.

"A produção é uma das principais justificativas da Reforma Agrária. E tão importante quanto a produção é o aspecto social do assentamento", observou Gilvan.

Para ele, os assentamentos carregam a vantagem de terem autonomia para se discutir o modelo produtivo que se pretende, e com isso propor e desenvolver outra matriz produtiva que não seja a do agronegócio.

"Tem que ser debatido a saúde da terra assim como da população. O que garante um ambiente sadio? Uma boa convivência. E o que garante uma população sadia? Uma boa alimentação", explica.

Referência

Alexandre Venceslau Lopez, mais conhecido como Carijó, está na luta desde o começo do acampamento, acompanhado de seus cinco filhos. Preocupado com o que surgiria daquela luta, Carijó explica que as coisas começaram a clarear.

"Está ficando bastante claro que a produção só pode ter sucesso se for coletiva. Nossa expectativa é que esse assentamento seja altamente produtivo e que se torne uma referência para outros assentamentos", acredita.

O que a princípio poderia ser um problema para desenvolver a produção nos 1650 hectares do assentamento, por ser uma região montanhosa, pode ser um trunfo no futuro, de acordo com Gilvan.

"Trata-se de uma região importante, onde podemos desenvolver uma experiência agroecológica, plantando grãos num local, enquanto trabalhamos com pecuária em outro, podemos ter hortaliças e árvores frutíferas integrados aos Sistemas Agroflorestais (SAFs)".

Além disso, por ser uma região bem localizada geograficamente – perto de grandes pólos tecnológicos e industriais, como São José dos Campos e Taubaté – têm-se a possibilidade de criar grandes parcerias com institutos federais, universidades, etc, segundo Gilvan.

Como exemplo dessas parcerias e presente no debate, o agrônomo João Dagoberto, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP), visitou a área e dialogou com as famílias sobre o histórico da região e a importância da reestruturação daquela terra bastante degradada ao longo do tempo.

Junto ao seu companheiro e dois filhos, a pré-assentada Patrícia Aparecida da Silva afirma que a luta das famílias caminha justamente nesse sentido. Para ela, é fundamental que o assentamento "seja bom para a ecologia local, recuperando a fauna, a flora e o solo degradado, e que seja lugar com bastante produção e gostoso de se viver".

Portal Mundo Sindical

Lei trabalhista francesa libera funcionários de responderem e-mails depois do expediente

Um novo acordo trabalhista na França vai garantir que o expediente realmente termine na hora combinada: trabalhadores não podem mais ler ou responder e-mails depois da hora de trabalho, nem mesmo no smartphone.

A nova regra foi fechada pelos sindicatos franceses e deve afetar cerca de 250 mil trabalhadores, incluindo funcionários locais de grandes gigantes da tecnologia, como as filias do Google, Facebook e Microsoft. As empresas devem obedecer e não exercer qualquer tipo de pressão para que seus empregados tenham acesso aos seus e-mails encerrado o horário acordado de expediente.

A legislação trabalhista da França já prevê uma jornada semanal de trabalho de 35 horas, desde 1999. A nova regra chega para assegurar que os trabalhadores se "desconectem" do trabalho quando termina o horário. Embora as medidas beneficiem os trabalhadores e garantam ao país uma posição privilegiada no ranking de qualidade de vida na União Europeia, alguns analistas afirmam que as medidas colocam a França em uma situação arriscada para atrair investimentos de empresas estrangeiras.

Fonte: Código Fonte - 15/04/2014

Opera Mundi, 15/04/14

Estudo aponta que 3 em cada 10 crianças espanholas vivem abaixo da linha da pobreza

Apenas a Romênia apresenta situação pior na Europa; políticas sociais ineficazes são uma das causas, afirma ONG

A ONG Save The Children divulgou nesta terça-feira (15/04) um estudo no qual aponta a Espanha como o segundo país da UE (União Europeia) com maior porcentagem de crianças vivendo abaixo da linha da pobreza. Segundo a ONG, 29,9% - quase 3 em cada 10 - das crianças espanholas moram em casas cuja renda anual é 60% inferior a média nacional, que na Espanha equivaleria a € 7.182 euros (R\$ 22.160), de acordo com os dados de 2012, mesmo ano analisado no estudo.

A média europeia de pobreza relativa é de 21,4% e a Espanha perde apenas para a Romênia nesse quesito (34,6%). Entretanto, o fator econômico é apenas uma das variáveis com as quais trabalha a ONG para definir a pobreza infantil. Segundo os autores, a pobreza é multidimensional, ou seja, abrange mais de um indicador. Efetivamente, o estudo leva em conta outras duas condicionantes de exclusão social para compor a pobreza: a falta de bens materiais importantes para o desenvolvimento das crianças e a condição laboral dos pais (se estes se encontram desempregados ou têm um trabalho precário).

Os autores do estudo afirmam que, ao analisar os dados coletados, descobriram que os fatores externos com maior capacidade de transformação do estado de pobreza que muitas crianças se encontram são as intervenções redistributivas dos Estados e a geração de empregos. Para ilustrar esta afirmação, os especialistas da ONG citaram o caso da França e da Itália, que, apesar de possuírem dois dos maiores PIBs do mundo, também registravam uma parte significativa da população abaixo da linha da pobreza relativa ou em exclusão social.

Por isso, eles argumentam que "a riqueza de um país não beneficia automaticamente aos mais desfavorecidos da sociedade, salvo que se redistribua através dos ingressos por trabalho ou transferências sociais. A pobreza infantil está estritamente relacionada com um apoio econômico insuficiente do sistema de bem-estar".

Ajudas destinadas às famílias

O desenho dos sistemas de transferências sociais é fundamental para o sucesso dos mesmos. Os países que aplicam medidas direcionadas às famílias, como moradias sociais, acesso a empregos não precários, existência de um salário mínimo, auxílio-desemprego, reduções fiscais e acesso à educação e atendimento sanitário gratuitos e de qualidade, são os que apresentam o melhor impacto.

Estas medidas são tão importantes que em alguns casos, como na Irlanda e no Reino Unido, as políticas de transferências sociais conseguem retirar até 32% das crianças do grupo de perigo de pobreza. Entretanto, segundo o estudo, países que gastam menos em políticas sociais e cujos sistemas estão direcionados apenas à criança não produzem o mesmo resultado. A Espanha é o Estado que tem o sistema de ajudas sociais menos eficaz da Europa. O país consegue, por meio de suas políticas, alçar apenas 6,9% das crianças que se encontram abaixo da linha de pobreza para fora dela.

Organizado por Ernesto Germano